

PROJETO DE LEI Nº        DE 2003.  
(do DEPUTADO TADEU FILIPPELLI)

*Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.*

Art. 1º Acrescenta ao artigo 6º, da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, os parágrafos 4º e 5º, renumerando-se o parágrafo subsequente:

“Art.6º .....

§ 1º.....

§ 2º .....

§ 3º .....

**§ 4º - Os recursos de que trata o inciso IV deste artigo serão integralmente repassados às Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal, ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes, em montantes iguais, e serão aplicados cinquenta por cento em ações de apoio ao desporto das pessoas portadoras de deficiência física e o restante no apoio ao futebol amador.**

**§ 5º .....**”

Art. 2º - Altera os parágrafos 1º e 2º, do artigo 56, da Lei nº 9 615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 10 264, de 16 de julho de 2001, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.56 . ....”

**§ 1º- Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI, do caput, serão destinados, observado o conjunto de normas, da União, aplicável à celebração de convênios:**

**I – setenta por cento ao Comitê Olímpico Brasileiro;**

**II – quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro;**

**III – dez por cento para as Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal, ou a órgãos que tenham competências na área do desporto para aplicação no desporto escolar;**

**IV – cinco por cento para o Ministério do Esporte, para aplicação no desporto universitário.**

**§ 3º- Os recursos de que trata o inciso III, do parágrafo anterior, serão distribuídos entre os Estados e o Distrito Federal de forma proporcional ao número de alunos matriculados na rede escolar dos ensinos fundamental e médio, no ano imediatamente anterior ao da alocação dos recursos na lei orçamentária.**

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do ano seguinte àquele em que for publicada, revogadas as disposições em contrário.

## **JUSTIFICATIVA**

O esporte é, sem dúvida, importante meio de integração das pessoas na sociedade e relevante instrumento de formação e preservação de um ambiente social saudável para crianças e adolescentes. No entanto, tendo em vista as dificuldades econômico-financeiras por que passa o país, percebe-se que, nos últimos anos, os recursos destinados às ações dinamizadoras do esporte têm sido insuficientes e/ou direcionados de forma inadequada.

Um dos caminhos para a superação desse quadro é o da racionalização e melhor distribuição dos recursos disponíveis. É importante estabelecer os percentuais dos prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados, que serão direcionados ao desporto das pessoas portadoras de deficiência e ao futebol amador.

O Brasil precisa investir mais nesses dois setores por questão de justiça, respeito para com a pessoa humana e preocupação com o futuro.

Com objetivo semelhante, estamos direcionando, de forma mais clara e precisa, percentuais de verbas do INDESP para aplicação nos desportos escolar e universitário. O primeiro seria beneficiado através das Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal e, o segundo, via Ministério do Esporte.

Percebemos que, pela sistemática atual, boa parte dos recursos está sendo negligenciada, justamente pela falta de definição de percentuais e de beneficiários, além do fato de que essas verbas não estão sendo canalizadas para órgãos públicos que atuem próximos às comunidades fins. No nosso entendimento, o Ministério e as Secretarias de Esporte podem cumprir melhor essa função.

**Deputado Tadeu Filippelli**